

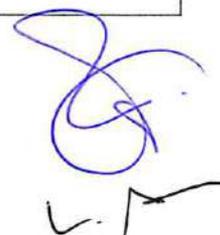
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DE

28 DE FEVEREIRO

ANO DE 2018



ÍNDICE

ANTES DA ORDEM DO DIA.....	7
ORDEM DO DIA.....	14
PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A ATIVIDADE CAMARÁRIA.....	14
PONTO 2 – DECLARAÇÕES EMITIDAS AO ABRIGO DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, QUE APROVOU AS REGRAS APLICÁVEIS À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS E AOS PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS.....	30
PONTO 3 – SMAS – DECLARAÇÕES EMITIDAS NO ÂMBITO DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.....	31
PONTO 4 – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO	31
PONTO 5 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL.....	32
PONTO 6 – NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PONTA DELGADA.....	32
PONTO 7 – PROPOSTA DE REAVALIAÇÃO/REDIMENSIONAMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE INCINERAÇÃO DE SÃO MIGUEL.....	33
ARTIGO 46.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA - PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO	34
ANEXOS.....	37



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Ao vigésimo oitavo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 30.º e do n.º 1 do art.º 32.º do respetivo regimento, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, sob a presidência de Maria da Graça Aguiar da Silva Rego, em substituição de Francisco Rêgo Costa, tendo como primeiro secretário Humberto Marcelino Nunes Bettencourt e Nélia Moniz Vaz como segunda secretária, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 16 de fevereiro. A composição da Mesa da Assembleia foi definida em conformidade com o disposto no art.º 26.º do Regimento, aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014, dada a ausência do Presidente da Assembleia Municipal, devidamente justificada nos termos regimentais.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, encontravam-se presentes o Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Vice-Presidente da Câmara, Humberto Trindade Borges de Melo, e as Vereadoras e Vereadores Alexandra Vitória Falcão Viveiros; Pedro Filipe Rodrigues Furtado; Vítor Manuel Ângelo de Fraga e Catarina Cabral Castelo Branco, em substituição de Maria de Fátima Albergaria da Costa.

A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia começou por endereçar cumprimentos a todos os presentes, pedindo em seguida ao 1º secretário que efetuasse a chamada e procedesse à respetiva contagem das presenças, sendo de relevar as seguintes faltas e substituições:

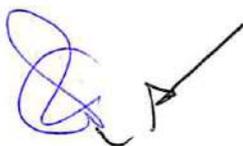
Substituições: José Maria Silva Sousa substituiu Francisco Pacheco Rêgo Costa (PSD); Nélia Moniz Vaz substituiu Luís Maurício Mendonça Santos (PSD); Carlos

Miguel Ribeiro Barbosa substituiu Rosa Maria Carreiro Machado Costa (PSD); João Carlos Arruda substituiu Maria de Fátima de Andrade Araújo Maiato (PSD); Gonçalo Almiro Matos Costa substituiu João Paulo Arruda Medeiros (PSD); Sandra Paula Correia Cabral substituiu Eusébio Paulo Ferreira Massa (Presidente da Junta de Freguesia dos Arrifes); e José Ricardo Martins de Medeiros substituiu Cidália Maria Guido Medeiros Pavão (Presidente da Junta de Freguesia das Sete Cidades).

Ficou, assim, confirmada pelo 1º secretário da Mesa da Assembleia, a presença dos seguintes vogais e presidentes das juntas de freguesia:

VOGAIS:

José Maria Silva Sousa	PSD
Maria da Graça Carvalho da Silva Machado	PS
Nélia Moniz Vaz	PSD
Álvaro António Gancho Borrvalho	PS
Maria da Conceição da Costa Arruda	PSD
Sónia Cristina Franco Nicolau	PS
Ricardo Alberto Madruga da Costa	PSD
Maria da Graça Aguiar da Silva Rego	PS
Cláudio Borges Almeida	PSD
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César	PS
Carolina Ponte Bastos	PSD
Rita Sofia Vieira da Mota	PS
Carlos Jorge Linhares Estrela	PSD
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa	PS
Daniel Martins Pavão	PSD
Nuno Miguel de Andrade Miranda	PS
Carlos Miguel Ribeiro Barbosa	PSD
Teresa Maria Mano da Costa	PS



Gilberto Araújo Rodrigues	PSD
Luís Alberto de Sousa Cordeiro	PSD
André Manuel Pereira de Viveiros	PS
João Carlos Arruda	PSD
Raquel de Amaral Melo Medeiros de Vargas	PS
Vera Lúcia Pinheiro Pires	BE
Gonçalo Almiro Matos Costa	PSD
Humberto Marcelino Nunes Bettencourt	PS
João José Correia de Medeiros	PSD

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:

Bruno Alexandre Machado Correia	Ajuda da Bretanha	PS
Sandra Paula Correia Cabral *	Arrifes	PS
João Alberto Silva Pereira	Candelária	PS
Rui Alexandre Barbosa de Sousa	Capelas	PS
Mário Serafim da Silva Machado	Covoadá	PS
António Luís Moniz dos Anjos	Fajã de Baixo	PS
José Augusto Inácio de Medeiros	Fajã de Cima	PSD
Victor Carlos de Arruda Almeida	Fenais da Luz	PSD
José Carlos da Silva Cabral	Feteiras	PS
Albano André Alves Raposo Pavão	Ginetes	PS
Manuel António Botelho Soares	Livramento	PSD
Carlos Manuel da Silva Cabral	Mosteiros	PSD
Duarte Manuel Luzia Carvalho	Pilar da Bretanha	PS
Pedro Miguel da Silva Melo	Relva	PSD
André Filipe Machado Correia	Remédios	PS
Tomás Daniel Bernardo Vultão	Santa Bárbara	PS
António Espírito Santo Medeiros Cabral	Santa Clara	MSCVN
Nelson Manuel Borges Silva	Santo António	PS

Jorge Miguel Amaral Oliveira	São José	PSD
José Manuel Resendes Leal	São Pedro	PSD
Pedro Miguel Medeiros de Moura	São Roque	PS
José Maria Pereira Rego	São Sebastião	PSD
Noémia Lima Ventura	S. Vicente Ferreira	PSD
Ricardo Martins de Medeiros **	Sete Cidades	PS

*Secretária da Junta de Freguesia (em substituição do presidente)

** Tesoureiro da Junta de Freguesia (em substituição da presidente)

Após ter sido feita a chamada e a respetiva contagem das presenças, e por se ter verificado quórum, a Sra. Presidente da Mesa, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos declarou aberta a sessão, informando a Assembleia de que estava disponível para consulta de eventuais interessados o expediente recebido desde a última sessão, bem como documentação diversa de carácter informativo, na qual se incluía a informação dos compromissos plurianuais assumidos no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Fez em seguida a leitura do edital e informou que havia uma inscrição para fazer uso do direito de intervenção, no final da sessão, nos termos do artigo 46.º do regimento da Assembleia Municipal, que determina a possibilidade de participação do público.

ANTES DA ORDEM DO DIA

Declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos representantes dos Grupos Municipais para a apresentação de votos e recomendações, os quais se encontram em anexo à presente ata, bem como para outras intervenções que considerassem relevantes e cujas matérias não estivessem incluídas na agenda de trabalhos.

O 1º voto, apresentado pelo Bloco de Esquerda através da Sra. Deputada Vera Pires, foi um voto de saudação pela comemoração, a 8 de março, do "Dia Internacional da Mulher".

O Grupo Municipal do Partido Socialista, através da Sra. Deputada Sónia Nicolau, associou-se ao voto, relevando a antecipação da comemoração por entender que o dia da Mulher não é só o dia 8 de março mas sim todos os dias, bem como a importância do tema da desigualdade. Aproveitou para saudar o executivo camarário pela aprovação, na Câmara Municipal, do Plano Municipal para a Igualdade proposto pelo PS.

Colocado à votação, o voto de saudação pela comemoração do "Dia Internacional da Mulher" foi aprovado por unanimidade.

O 2º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD através do Senhor Deputado Cláudio Almeida, foi um voto de congratulação à Junta de Freguesia de São Pedro pela abertura de um posto de correio na sua sede, em compensação e como alternativa ao encerramento da loja dos CTT na Calheta.

Pedi a palavra o Sr. Deputado José San-Bento para sublinhar que a Junta de Freguesia cumpriu a sua obrigação, e aproveitou para felicitar o Sr. Presidente da Junta e a sua equipa. Comunicou ainda que o Grupo Municipal do PS se associava a

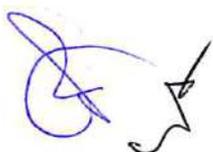
este voto, na defesa dos interesses das populações, pelo que iria votar favoravelmente.

Colocado à votação, o voto de congratulação pela abertura de um posto de correio na sede da Junta de Freguesia de São Pedro foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, o Grupo Municipal do PSD, através do Sr. Deputado Gilberto Rodrigues, apresentou uma proposta de Recomendação ao Governo Regional dos Açores no sentido de ser criado o estatuto do Bombeiro Voluntário da Região Autónoma dos Açores.

Pedi em primeiro lugar para se pronunciar sobre este assunto o Sr. Deputado André Viveiros. Referindo-se à proposta apresentada pelos vereadores socialistas em reunião de Câmara no sentido de, no quadro das suas competências, a Câmara introduzir benefícios sociais para os bombeiros de Ponta Delgada, lembrou que no documento estavam elencados um conjunto de benefícios sociais, e que o mesmo poderia ser debatido e receber aperfeiçoamentos. No entanto, no exercício da maioria da Câmara, a proposta foi rejeitada liminarmente e agora, a destempo, é apresentada esta recomendação, passando do âmbito municipal para o âmbito regional. A concluir, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre qual a dificuldade em avançar com a negociação das medidas elencadas na proposta do PS, uma vez que havia consenso, citando, como exemplo, benefícios na utilização dos *minibuses*, ou no acesso aos estádios de futebol. Informou, pelas razões aludidas, que o Grupo Municipal do PS se iria abster aquando da votação desta proposta.

O Sr. Deputado Gilberto Rodrigues pediu a palavra para responder à intervenção do Sr. Deputado André Viveiros. Reportando-se ao texto da recomendação, leu o último parágrafo, onde se diz que seriam abrangidas todas as Associações de Bombeiros da Região Autónoma dos Açores e se evitaria a existência de diferentes critérios, e deu o exemplo das vantagens na utilização dos *minibuses*, em que não haveria um

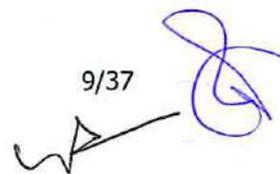


critério diferenciado consoante se tratasse de um Bombeiro do concelho de Ponta Delgada ou de outro concelho. Defendeu, por isso, que o voto contra, em reunião de Câmara, a que o Sr. Deputado André Viveiros aludiu teve, no seu seguimento, uma perspetiva mais abrangente, englobando todos os bombeiros e não apenas os bombeiros de Ponta Delgada.

Também pediu para intervir o Sr. Deputado Ricardo Costa, para registar positivamente que o Grupo Municipal do PS se iria abster em relação a este voto assumindo que até estaria de cordo com o seu conteúdo, mas registou também que o PS só não vota a favor porque os vereadores do PSD votaram contra uma proposta similar, embora de alcance mais restrito. Disse no entanto que fica satisfeito por o Grupo Municipal do PS reconhecer o mérito desta proposta e desafiou o PS a dar o seu apoio, dado tratar-se de um âmbito regional, no qual tem competências de governação.

Na intervenção seguinte, o Sr. Deputado Francisco César salientou que não deixa de ser curioso que numa Assembleia Municipal o ónus da discussão de uma proposta se coloque não no Município e na ação que o Município pode ter no sentido de prestar apoios, especificamente, mas esse foco e essa discussão seja transferida para o Governo dos Açores, por proposta do PSD. Sobretudo quando essa proposta acontece depois de uma proposta apresentada pelos vereadores do PS no sentido de se dar apoio, na esfera de atuação do Município, a uma determinada associação e aos seus membros [os bombeiros do concelho]. Acrescentou igualmente que se está a ignorar o facto de os bombeiros já terem um estatuto definido na Lei, com apoios e isenções, como é o caso das taxas moderadoras ou a prioridade no acesso a alguns serviços, e criticou que se opte por discutir não o que é da competência municipal mas sim o que é competência do Governo dos Açores e do parlamento açoriano.

A Sra. Deputada Vera Pires interveio em seguida para comunicar que o Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente a recomendação do PSD, mas não deixando de



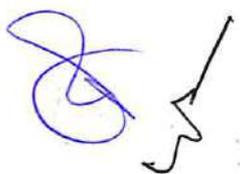
alertar para o facto de as duas coisas – a implementação de benefícios a nível municipal e a nível regional – não serem incompatíveis. Portanto, se há acordo com a proposta para melhorar o estatuto dos bombeiros a nível regional, deixou um apelo ao executivo camarário para que repense a possibilidade de, em termos municipais, premiar igualmente os bombeiros de Ponta Delgada.

O Sr. Deputado Ricardo Costa pediu novamente a palavra, apenas para sublinhar que esta proposta é uma proposta positiva e construtiva, que reconhece a existência de um estatuto dos bombeiros e solicita o seu aperfeiçoamento, em benefício dos bombeiros e da população dos Açores, rejeitando, também, as acusações de que o PSD está a passar o ónus ao Governo Regional. Referindo-se à crítica de que o PSD apresentava uma proposta com conteúdo igual à que o PS havia apresentado em reunião de Câmara e que tinha sido rejeitada pela maioria, observou que o Sr. Deputado Francisco César tem feito o mesmo recorrentemente na Assembleia Regional, ao votar favoravelmente propostas do Governo e do PS que tinha rejeitado meses antes só por serem do PSD.

Colocada à votação, a proposta de Recomendação ao Governo Regional dos Açores no sentido de ser criado o estatuto do Bombeiro Voluntário da Região Autónoma dos Açores foi aprovada, por maioria, com os votos favoráveis do PSD e do Bloco de Esquerda e a abstenção do PS e do Movimento Santa Clara Vida Nova.

Seguiu-se a apresentação, pela Sra. Deputada Vera Pires, de uma Recomendação do Bloco de Esquerda, no sentido do alargamento da equipa de licenciamento do projeto de reestruturação da zona Comercial de Pêro de Teive.

O Sr. Deputado André Viveiros pediu a palavra para dizer que o tema já foi amplamente debatido e que agora é tempo de fechar o processo e pôr tudo a funcionar, considerando dispensável, por isso, aumentar as equipas, e para informar



que o Grupo Municipal do PS iria votar contra esta recomendação do Bloco de Esquerda.

O Sr. Deputado Ricardo Costa usou em seguida da palavra para referir que o PSD concorda com a afirmação de que este processo teve já ampla participação pública e que entende que essa participação pública foi eficaz e produziu alguns efeitos. Como o processo está em curso de acordo com a solução que foi encontrada, defendeu que o que é neste momento necessário é concretizar essa solução, não vendo portanto vantagem nenhuma em prolongar este processo. Por essa razão, informou que o PSD iria votar contra a recomendação.

Colocada à votação, a recomendação do Bloco de Esquerda no sentido do alargamento da equipa de licenciamento do projeto de reestruturação da zona Comercial de Pêro de Teive foi reprovada com os votos contra do PS e do PSD e a abstenção do Movimento Santa Clara Vida Nova.

A Sra. Deputada Vera Pires pediu para apresentar uma declaração de voto, na qual lamentou que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada pareça tão satisfeita com o resultado de uma obra que ainda não se conhece, com um pedido de informação prévia escasso em informação, e numa assunção de que tudo correrá bem porque tudo foi discutido e ventilado com muitos parceiros e com muitas pessoas. Acrescentou que o Bloco de Esquerda quer acreditar que o processo de requalificação da Calheta Pêro de Teive venha a ser melhor do que parece que vai acontecer, mas acha que ainda se estaria a tempo de o melhorar, e concluiu com a afirmação de que é uma pena que a Assembleia não tenha aproveitado essa oportunidade.

O Bloco de Esquerda, através da Sra. Deputada Vera Pires, apresentou outra Recomendação, agora sobre o problema dos resíduos provenientes de navios de cruzeiro.

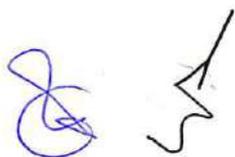
O Sr. Deputado Álvaro Borralho pediu para intervir, para dizer que para o Grupo Municipal do PS a proposta de recomendação tem todo o sentido, realçando que não está a ser posto em causa o trânsito de cruzeiros, que é muito importante para Ponta Delgada e para os Açores como fonte de receita, mas sim o problema dos resíduos e a necessidade de transparência dos processos para um melhor conhecimento e mais confiança quanto às questões ambientais que suscita, no que diz respeito ao concelho de Ponta Delgada. Por esse motivo, informou que o PS iria votar favoravelmente.

Colocada à votação, a Recomendação sobre os resíduos provenientes de navios de cruzeiro apresentada pelo Bloco de Esquerda foi aprovada por unanimidade.

Pedi para apresentar uma declaração de voto, em nome do Grupo Municipal do PSD, o Sr. Deputado Ricardo Costa, na qual quis registar a prioridade que o PSD atribui à questão dos resíduos e, neste caso em particular, à relevância que esta questão assume, tendo em consideração a crescente passagem de cruzeiros pelo porto de Ponta Delgada. E foram essas razões que justificaram o voto favorável do PSD.

Foi apresentada em seguida pelo PS, através do Sr. Deputado André Viveiros uma Recomendação no sentido de serem aplicados Benefícios Sociais aos Bombeiros de Ponta Delgada, precedida de um pedido à Sra. Presidente da Mesa em exercício que submetesse à votação a sua introdução na ordem de trabalhos. Após o esclarecimento prestado pela Sra. Presidente da Mesa de que, por se tratar do período de Antes da Ordem do Dia, a introdução da recomendação era aceite, o Sr. Deputado André Viveiros fez a leitura da recomendação.

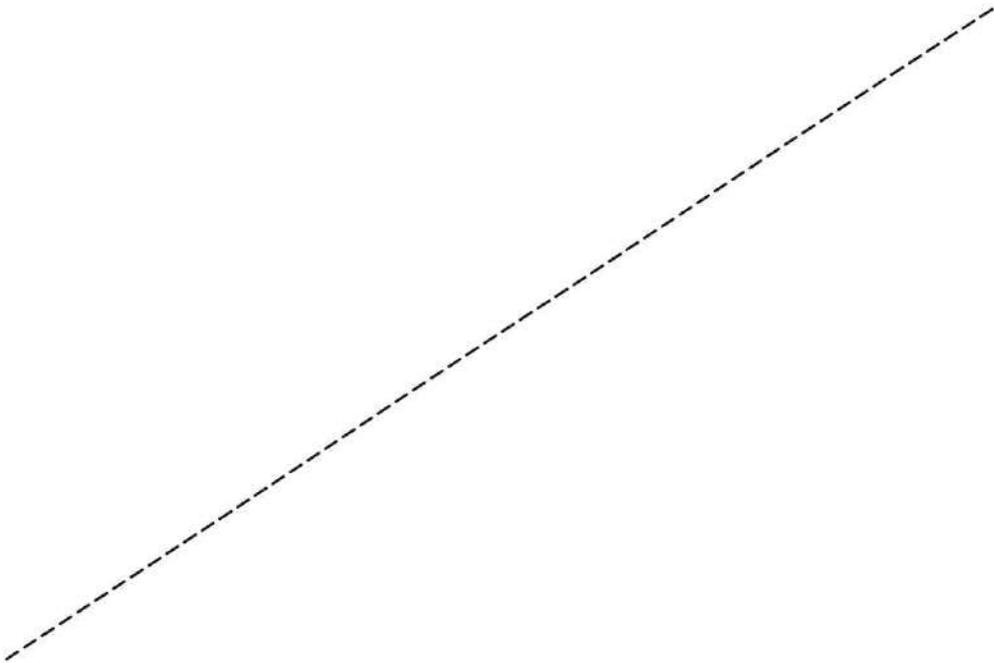
Não tendo havido pedidos de intervenção, a recomendação do PS no sentido da aplicação de Benefícios Sociais aos Bombeiros de Ponta Delgada foi colocada à



votação, tendo sido aprovada, por maioria, com os votos favoráveis do PS, Bloco de Esquerda e Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do PSD.

O Sr. Deputado Ricardo Costa pediu para apresentar uma declaração de voto em nome do Grupo Municipal do PSD, na qual explicou que a abstenção do PSD se baseou na circunstância, em primeiro lugar, do documento que o PSD apresentou e que foi aqui aprovado não prejudicar nenhuma concessão de benefícios a bombeiros, mas apenas ter a intenção de salvaguardar um tratamento igual entre todos os bombeiros dos Açores e da ilha de São Miguel, e, em segundo lugar, porque do ponto de vista do PSD, independentemente da concordância que se possa ter em relação aos pontos em concreto, é preciso verificar melhor da legalidade de algumas das medidas.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Sra. Presidente da Mesa em exercício declarou encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e determinou que fosse realizado um intervalo de 15 minutos após verificar a existência de um consenso geral para que assim se procedesse.



ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A ATIVIDADE CAMARÁRIA

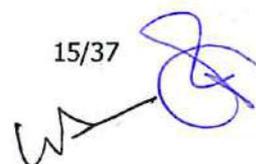
Antes de proceder à apresentação deste ponto, o Sr. Presidente da Câmara felicitou a Sra. Presidente da Assembleia pelo seu exercício de direção dos trabalhos e saudou todos os presentes – deputados, presidentes de junta e também munícipes e colaboradores da Câmara Municipal, com cumprimentos pessoais e fazendo votos de um bom desempenho em sede da Assembleia Municipal.

Deu em seguida nota de que, como tem sido prática, o presente ponto seria reservado à apresentação da atividade camarária relativa ao período que decorreu desde a última sessão, e de que, como tem igualmente sucedido, foram previamente disponibilizados os relatórios dos diferentes serviços bem como uma informação da Divisão Financeira relativamente à situação financeira do Município. Desse modo, e por considerar a documentação suficiente para uma análise global, ir-se-ia limitar a fazer uma breve explanação de algumas medidas e/ou atividades que se destacaram desde a sessão de 27 de dezembro. Antes porém quis destacar o cumprimento que está a ser feito das exigências legais quanto ao equilíbrio orçamental e também esclarecer que a verba correspondente ao saldo de gerência, cuja informação consta dos relatórios distribuídos, será considerada para uma revisão do orçamento a ser votada na próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos acertados aquando da elaboração da proposta dos documentos previsionais. E passou a elencar os pontos que considerou mais relevantes relativos ao período em análise.

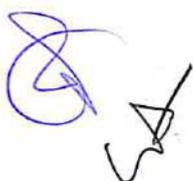
- No âmbito do Orçamento Participativo, o facto de ter havido condições, face ao aumento do limite disponível de 250 mil euros para 290 mil euros, para acrescentar um 5º projeto, no caso concreto a aprovação do projeto de iluminação dos Poços de São Vicente Ferreira, no valor de 25.000 euros;



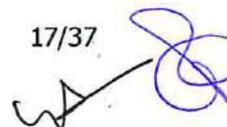
- No âmbito da comemoração do centenário do Coliseu Micaelense, a produção de um livro dedicado às atividades centenárias do Coliseu, e a ação solidária resultante dos donativos do livro, a favor da Casa do Gaiato;
- No âmbito do Programa "PDL Proximidade", a execução de uma das iniciativas da Divisão de Desenvolvimento Social para uma presença, com atendimento descentralizado, em 13 freguesias mais afastadas, em articulação com as respetivas juntas de freguesia, a saber, Mosteiros, Sete Cidades, Ginetes, Candelária, Feteiras, Pilar da Bretanha, Ajuda da Bretanha, Remédios, Santa Bárbara, Santo António, Capelas, São Vicente Ferreira e Fenais da Luz.
- A construção de um novo parque de estacionamento, próximo do cemitério da Freguesia da Relva, como resposta à necessidade do aumento da oferta de estacionamento decorrente do aperfeiçoamento das acessibilidades naquela zona, incluindo o acesso a pessoas com mobilidade reduzida;
- No âmbito da atividade do Grupo PDL Saúde, a continuidade das ações de sensibilização nas escolas, com projetos de formação e investigação no domínio da educação para a saúde, particularmente sobre as temáticas da sexualidade humana e saúde reprodutiva, obesidade, alimentação e toxicodependências;
- O sucesso da Gala de Ópera, integrada no Concerto de Ano Novo, que espera seja uma iniciativa para continuar a ser realizada no Coliseu Micaelense;
- A inauguração, nas Freguesias de Ginetes e Mosteiros, do projeto do Parque Infantil dos Ginetes e do Ginásio ao ar livre nos Mosteiros, no âmbito do Orçamento Participativo;



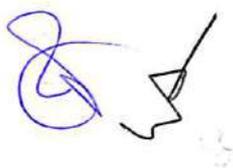
- Igualmente na linha das atividades culturais e de solidariedade, no âmbito do Programa de Ano Novo, a Gala de Beneficência, abrilhantada pela fadista Cuca Roseta, com a angariação de 8.000 euros que foram atribuídos ao Grupo de Amigos da Pediatria do Hospital do Divino Espírito Santo;
- A disponibilização, a partir de 9 de fevereiro, de toda a informação relativa aos processos de licenciamento, com possibilidade de acompanhamento *online*.
- No âmbito das celebrações festivas do Carnaval, a participação de 600 pessoas cumprindo a tradição do Cantar às Estrelas, com uma visita aos Paços do Concelho;
- A assinatura pelo Sr. Vereador Pedro Furtado em representação de Ponta Delgada, na cidade francesa de Nice, da carta-compromisso das cidades-piloto do projeto *Urban-Waste*, juntamente com as cidades de Nice, Tenerife e Lisboa e também com Chipre;
- A cerimónia de descerramento da placa evocativa e deposição de flores a assinalar a vida e a obra de Roberto Ivens, nos 120 anos da sua morte, em cooperação com o Comando da Zona Marítima dos Açores, evocando igualmente um pontadelgadense e um açoriano de prestígio nacional;
- O périplo já concluído pelas 24 freguesias, juntamente com o vice-presidente, que tem a competência na área das relações institucionais com as freguesias, num exercício de descentralização e de proximidade, visando um conhecimento de proximidade, com a exploração de temáticas de interesse local e municipal com os autarcas das freguesias;
- As assinaturas relativas aos contratos interadministrativos e aos acordos de execução, de acordo com a deliberação em Assembleia Municipal, visando a transferência de 1,8 milhões de euros para as juntas de freguesia;



- A participação, por convite que lhe foi dirigido, no jantar da 19ª edição do Salão Internacional da Galiza, que constituiu também, por referência ao Dia de Ponta Delgada, uma oportunidade de promoção turística dos Açores e em particular de Ponta Delgada, num evento com impacto muito significativo sob o ponto de vista mediático que junta na Galiza milhares de pessoas;
- O Corso de Carnaval, com a participação no de mais de 3.000 pessoas, sobretudo crianças das escolas, que trouxeram cor e animação a Ponta Delgada – uma prática e uma tradição de enorme sucesso, que acrescenta entusiasmo de ano para ano;
- A tradicional na Batalha das Limas, com a participação de centenas de pessoas – um exotismo específico de Ponta Delgada na celebração do Carnaval, a par da tradição dos bailes de Carnaval do Coliseu, onde o traje (*dress-code*) é muito específico, constituindo também um cartaz turístico e uma referência que distingue Ponta Delgada;
- A entrega de mais de 1.800 livros às escolas pertencentes à rede de Bibliotecas escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Ponta Delgada, no âmbito do Plano Nacional de Leitura;
- A celebração do centenário do 1.º voo dos Açores, no contexto da I Guerra Mundial, em parceria com o Consulado dos EUA nos Açores e o Comando Operacional dos Açores;
- A nomeação da Dra. Marta Tavares como diretora do Departamento da Polícia Municipal, assegurando o fim de acumulação de funções da Diretora do Departamento de Obras e Urbanismo após a saída do anterior diretor, o Chefe Pedro Almeida, que regressou à PSP;



- O melhoramento das artérias de acesso a Ponta Delgada, com especial destaque para a sinalização horizontal e vertical na obra da Rua de São Gonçalo, Rua Dr. Hugo Moreira, Rua José Jácome Correia e Rua José do Canto;
- O reforço da cooperação com a Casa dos Açores em Lisboa, tornando possível, por exemplo, a utilização de espaços para reuniões;
- A edição da XIV Meia Maratona de Ponta Delgada – Ribeira Grande, na qual se garantiu uma relação intermunicipal na área do desporto, com a perspetiva de entrar, na próxima edição, no circuito nacional das meias maratonas;
- Um registo negativo, no âmbito do Orçamento Participativo, para a vandalização e o furto dos binóculos em miradouros, antes mesmo da sua disponibilização final ao público;
- A realização da Gala do Desporto, que promove o conceito da meritocracia, com o reconhecimento e o louvor aos êxitos na nossa prática desportiva e aos agentes desportivos no Município, bem como a homenagem, a título póstumo, a Horácio Franco, pela sua carreira de sucesso, e a Tânia Oliveira, surfista açoriana que estava no auge do início da sua carreira desportiva e que infelizmente faleceu recentemente;
- O sucesso da realização, em Ponta Delgada, em parceria com a Associação Nacional de Municípios e a NOVA Management School, do 3.º workshop da “Smart Cities Tour 2018”, no qual se faz uma reflexão nacional sobre inteligência urbana;
- A participação de Ponta Delgada na Bolsa de Turismo de Lisboa, integrada na participação conjunta dos municípios da ilha de São Miguel, consensualizada na AMISM, na qual Ponta Delgada privilegiou as áreas da natureza, a vulcanologia, a história, a cultura, o património paisagístico, património termal, e o potencial



marítimo-turístico, com a presença de oito oradores convidados e especialistas em diferentes áreas;

- O início do roteiro das reservas municipais que hão de percorrer o concelho nas várias freguesias, e a exposição itinerante "Domingos Rebelo: regresso a Ponta Delgada", que também fará este mesmo percurso;

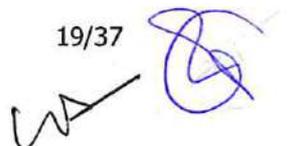
- A Instalação do Conselho de Ilha de São Miguel, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com eleição da respetiva Mesa, onde teve a oportunidade de prestar, como presidente da Câmara, o reconhecimento e louvor à nova Mesa do Conselho de Ilha de São Miguel pela sua atitude proativa.

- A definição de uma estratégia conjunta para o combate aos roedores, entre a Câmara Municipal de Ponta Delgada, a AMRAA, o Governo Regional e também a AMISM, ao nível da ilha de São Miguel, como resposta a uma preocupação de saúde pública;

- A reunião, no período da manhã, por iniciativa da Secretária Regional de Solidariedade Social, para refletir sobre a problemática dos Sem-abrigo e da mendicidade;

- A título informativo, por referência à agenda do Coliseu Micaelense, a presença de artistas como David Carreira e Marco Paulo, um destes artistas por altura das Festas do Senhor Santo Cristo – uma oportunidade para proporcionar aos nossos emigrantes espetáculos de artistas que correspondam ao seu leque de preferências;

- A Exposição "Ponta Delgada na I Guerra Mundial", transformando a exposição que teve lugar em 2017 numa mostra itinerante, e reforçando os seus conteúdos pedagógicos nas escolas do concelho;

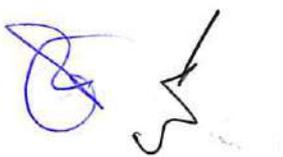
Handwritten signature in black ink and a blue circular stamp or mark.

Quis ainda fazer uma referência à iniciativa do Bloco de Esquerda relativa à celebração do Dia Internacional da Mulher, por antecipação, visto a data comemorativa ser no dia 8 de março, à qual se associa, à semelhança do que tem sucedido com diversas iniciativas em anos anteriores.

Deixou também uma retribuição à saudação feita pelo Sr. Deputado José San-Bento à democracia, à pluralidade e à participação em sede da Assembleia Municipal, em defesa do povo e dos interesses do município e dos munícipes, dizendo que o acompanha nesta saudação.

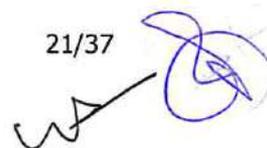
Disse ainda que também acompanha o Sr. Deputado André Viveiros, a propósito da consenso e da concertação de posições, bem como sobre a tempestividade das propostas, numa referência aos argumentos subjacentes à recomendação relativa aos Benefícios para os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada. A este propósito, e não deixando de defender o mérito e o reconhecimento público do voluntariado, defendeu que é necessário definir critérios jurídicos desde logo quanto à definição do conceito de voluntariado, para depois se partir para o exercício da definição de prerrogativas. Chamou também a atenção para o facto da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e o seu corpo de bombeiros ter especificidades que a diferenciam de outros municípios, desde logo devido ao seu carácter intermunicipal: Ponta Delgada e Lagoa. Realçou ainda o aumento do apoio à própria associação, em 2018, de cerca de 25%, tal como consta dos documentos previsionais aprovados na sessão da Assembleia de dezembro, e defendeu que a aposta deve incidir na valorização do voluntariado, mas analisando todas os aspetos a considerar no enquadramento jurídico do estatuto de voluntário.

Pediu a palavra para intervir sobre este assunto o Sr. Deputado Cláudio Almeida, para dar ênfase, relativamente à ação governativa da Câmara Municipal, à especial atenção que tem sido dada às questões da solidariedade social, citando o exemplo da Gala de Beneficência, no Coliseu Micaelense – um evento de carácter cultural e ao



mesmo tempo solidário. Destacou também a IV edição da Gala do Desporto e o reconhecimento que permitiu fazer do talento, dedicação e competência desportiva de muitos desportistas no concelho e, ao mesmo tempo, homenagear, a título póstumo, quem teve mérito no passado, referindo-se a Horácio Franco, e quem confirmava já esse mérito e tinha uma carreira promissora, referindo-se a Tânia Oliveira. Lembrou também o reconhecimento que foi feito aos atletas do desporto adaptado. Destacou, a concluir, a forma como decorreram os festejos do Carnaval, designadamente o curso de Carnaval, a Batalha de Limas e o tradicional Baile de Gala do Coliseu Micaelense, felicitando o Sr. Presidente da Câmara pela atuação do executivo camarário.

Na intervenção seguinte, o Sr. Deputado Nuno Miranda começou por reconhecer, em relação ao Programa PDL Proximidade, que uma parte da descentralização dos apoios sociais e da dinamização cultural já foi efetuada, para depois perguntar para quando é que está prevista a implementação do pagamento das faturas de água nas freguesias – um assunto que tinha sido admitido no Orçamento para 2018, por proposta do PS. Quanto ao tema do crescimento turístico, para o qual, frisou, contribuíram em muito as entidades públicas e as entidades privadas, considerou que é altura de também Ponta Delgada tentar aproveitar este manancial e promover o desenvolvimento de forma sustentada das 24 freguesias. Mais do que uma participação na BTL, a comemoração do dia de Ponta Delgada na Galiza ou os concertos do David Carreira ou do Marco Paulo, ou mesmo ter pedido um Plano de Desenvolvimento Turístico de Ponta Delgada, do qual não se conhece o seguimento, defendeu que haja iniciativas pensadas, com criação de sinergias que envolvam todos os parceiros. Lembrou que foi nesse sentido que o PS, através dos seus vereadores, apresentou uma iniciativa de definição, valorização e qualificação da oferta turística do concelho, a qual lamenta ter sido rejeitada. Essa proposta continha, entre outras, algumas medidas importantes e simples, como a criação de um manual para a captação de investimento turístico, uma articulação entre o terminal de cruzeiros e a própria cidade no que se refere à logística de acolhimento e



a uma melhor ordenação da sua circulação pelas freguesias, através, por exemplo, da criação de roteiros, e que culminava, dentro da orgânica da Câmara e só com recursos próprios, com a criação de uma unidade que se dedicasse integralmente à captação e ao desenvolvimento turístico do concelho.

Pedi em seguida a palavra a Sra. Deputada Carolina Bastos, para assinalar que o PSD regista e reconhece a importância do "III Workshop das Smart Cities Tour 2018," sob o tema da mobilidade, realizado em Ponta Delgada numa iniciativa da ANMP, da NOVA Management School e da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Sublinhou ainda que Ponta Delgada tem apostado efetivamente nas áreas da mobilidade, nomeadamente no estacionamento, na videovigilância, nos transportes públicos e indicadores de trânsito, mas também na energia, e em matéria de sociedade e cidadania, nomeadamente nos painéis informativos, sensores nas eco ilhas, *PDL Wi-fi*, entre outros. Acrescentou que o conceito de mobilidade no âmbito das *Smart Cities* esteve em debate numa dupla perspetiva: por um lado, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e por outro lado o fornecimento de mecanismos que permitam fazer mais com menos dinheiro. A terminar, fez a descrição da forma como se estruturou o Workshop, dando nota no final de que foi reconhecida a importância de se continuar a trabalhar na área das tecnologias de forma a tornar a cidade de Ponta Delgada mais inteligente, para além dos exemplos de concretização desse objetivo já existentes.

O Sr. Presidente da Câmara fez em seguida uso da palavra para responder e/ou comentar as intervenções precedentes.

Dirigindo-se ao Sr. Deputado Cláudio Almeida, agradeceu o amistososo cumprimento e as referências efetuadas quanto à atuação do executivo camarário.

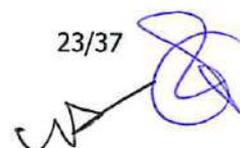
Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Nuno Miranda sobre o Programa PDL proximidade, disse estar recetivo a novas aporções, e no que diz respeito em



concreto ao pagamento da fatura da água, avançou que se está a procurar o melhor modelo, em boa articulação com as juntas de freguesia, sem ignorar outras soluções tecnológicas que permitem em qualquer lugar fazer-se o respetivo pagamento. Quanto à referência ao crescimento do turismo, reconheceu a importância de Ponta Delgada evidenciada nas estatísticas e nos factos, mas disse não concordar com a atitude depreciativa incluída nas críticas sobre o trabalho realizado.

Por referência à intervenção da Sra. Deputada Carolina Bastos, assinalou que captou bem o que foi o contexto de realização do “III Workshop das Smart Cities Tour 2018” e manifestou-se convicto de que o evento enalteceu e engrandeceu Ponta Delgada, por ser palco da reflexão nacional sobre a inteligência urbana e por permitir um maior conhecimento e mais informação de alguns conteúdos, com destaque para a mobilidade, que era a temática central. Acrescentaria apenas a referência à rede digital de comunicações alternativa, que foi pioneira em Portugal e que o Município de Ponta Delgada mantém por razões de proteção civil.

Na intervenção que se seguiu, o Sr. Deputado Álvaro Borralho começou por ler a alínea c) do n.º 2 do art.º 23.º do regimento da Assembleia, onde se diz que compete à Assembleia Municipal “apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão”. Neste contexto, criticou a forma como foi apresentada a informação sobre a atividade camarária, que considerou demasiado longa, e por fazer a abordagem do que devia ser objeto de discussão, e que era a apreciação da comunicação escrita. O que existe, disse, são relatórios dos serviços, tal como foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, com a agravante de na sua informação verbal, dando conta de que não estava a fazer uma informação escrita, ter utilizado várias vezes as expressões “a título de informação”, ou “como nota informativa”. Chamou a atenção para esse facto e para o dever da Mesa da Assembleia transpor o

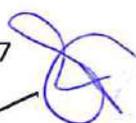


princípio que está no Regimento para este ponto da ordem de trabalhos e obrigar à entrega, pelo Sr. Presidente da Câmara, da referida informação escrita. Nesse sentido, defendeu a necessidade de se rever o regimento, sem que isso signifique, na sua perspetiva, que o Sr. Presidente da Câmara não deva ter a oportunidade para uma intervenção muito sintética relativa à informação, e a uma exposição no final, contrapondo, ou respondendo aos pedidos de esclarecimento.

A Sra. Deputada Maria da Graça Machado pediu a palavra para abordar o tema da recolha de Resíduos Urbanos, em particular no que diz respeito ao Projeto *Urban Waste*, a que o Sr. Presidente fez referência. Porque há um reconhecimento geral da importância da sustentabilidade no Turismo dos Açores, e também da importância deste projeto face ao aumento da pressão turística e do conseqüente aumento da produção de resíduos, perguntou, por um lado, quais as medidas já tomadas no âmbito deste projeto. Por outro lado, chamou a atenção para o que se passa fora de Ponta Delgada, no que diz respeito à recolha do lixo, e deu o exemplo da freguesia da Fajã de Baixo, que fica muito perto da cidade, fazendo fronteira com a freguesia de São Pedro, onde aquilo a que se tem assistido é a um retrocesso no que à recolha de resíduos e à reciclagem diz respeito. Comentou que durante a campanha eleitoral, falando com os munícipes das várias freguesias, uma das queixas sistemáticas era a recolha do lixo e sobretudo o desaparecimento de alguns ecopontos, tal como aconteceu, no final de dezembro, com o ecoponto da sua rua, situação que passou a pormenorizar: após contactar a Câmara Municipal a perguntar se a eliminação era temporária e qual era o ecoponto mais próximo, foi-lhe respondido que a eliminação era definitiva, e que a retirada se devia ao facto de se ir passar fazer a recolha porta a porta. À pergunta de quando é que isso aconteceria, teve a resposta de que já tinha começado, e apesar de ter estranhado que não tivesse sido publicitada uma medida tão importante, perante a afirmação peremptória de que era verdade, colocou o lixo à porta, no calendário que constava da informação, tendo constatado por duas vezes que o mesmo não foi recolhido. Entendeu, por isso, ser seu dever denunciar a situação, porque ao prestarem informações incorretas como esta, os

serviços estão a induzir as pessoas em erro. Na realidade, o que se constata é o que considera um retrocesso, por terem sido eliminados os ecopontos sem haver a alternativa da recolha porta a porta.

A Sra. Deputada Vera Pires interveio em seguida mas pediu para fazer primeiro um aparte, sugerindo que se repensasse a organização da sala, porque ao que parece, com a disposição atual a Mesa tem quase sempre problemas para a ver e para perceber qual é o sentido da sua votação ou os seus pedidos de intervenção. Mas o motivo da sua intervenção foi o pedido de um conjunto de esclarecimentos em relação ao projeto das chamadas galerias da Calheta de Pêro de Teive. Em primeiro lugar, perguntou se o pedido de informação prévia já se encontra aprovado pela Câmara Municipal. Segundo, qual foi a razão da suspensão parcial do PDM, como condição de aprovação do projeto. Depois, se a área bruta construída do presente projeto se mantém ou se é aumentada em relação ao existente, e se a Câmara pediu ou irá pedir informação complementar relativa ao enquadramento do projeto na envolvente, considerando que a documentação constante do pedido de informação prévia não apresenta esta componente nem esta relação entre o construído e a construir e a zona envolvente da Calheta, que foi uma das grandes questões levantadas pelo Movimento Cívico de contestação. Finalmente, ainda em relação à Calheta, perguntou qual é a posição da Câmara sobre o risco dos espaços destinados no projeto a comércio e serviços poderem competir com o já fragilizado tecido do comércio tradicional da cidade e em concreto com a zona da Calheta. Aproveitou ainda para pedir informação sobre o ponto da situação relativamente a uma recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda na sessão de dezembro, e aprovada por unanimidade, relativa à criação de uma agenda municipal para a Igualdade. Uma recomendação em que constavam, nomeadamente, a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade, a criação do Gabinete Municipal para a Igualdade e a inclusão de medidas desta área na Carta Educativa.




Usou em seguida da palavra o Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram pedidos e para responder às intervenções precedentes. Relativamente à preocupação sobre o regimento manifestada pelo Sr. Deputado Álvaro Borralho, deu nota de que foi consensualizado, no anterior mandato, a criação de um formato-tipo para os relatórios, porque se entendeu que essa seria a melhor forma para a apresentação da atividade da Câmara, e de que tem sido seguida essa prática. Disponibilizou-se no entanto, para adotar outra forma de apresentação, se for essa a vontade da Assembleia, apesar de não considerar esta questão essencial nem para a informação nem para o debate político.

Dirigindo-se à Sra. Deputada Graça Machado, reconheceu a pertinência da questão colocada, bem como a necessidade, que tem sido consensual, de uma redefinição da estratégia do tratamento de resíduos em geral. Quanto à recolha dos Resíduos Urbanos em Ponta Delgada, em particular, salientou que há teses que defendem a eliminação dos ecopontos, alegando as dificuldades que criam, muitas vezes até por via de comportamentos errados, e recomendando uma aposta na recolha porta a porta. A sua opinião é que no fundo acabará por se alcançar uma solução mista. Mas o que é inaceitável, e comprometeu-se a tomar conta da ocorrência e a diligenciar no sentido do apuramento de responsabilidades, é que seja dada informação pelos serviços que não corresponda ao rigor dos factos. Deixou ainda em aberto a possibilidade de repor o referido ecoponto, mesmo que a título transitório, até o sistema de recolha porta a porta esteja ativo.

Respondendo às questões colocadas pela Sra. Deputada Vera Pires, adiantou, primeiro, relativamente ao pedido de esclarecimentos sobre o ponto de situação da agenda para a Igualdade, que do acordo com a oposição resultou a proposta de criação de um grupo de trabalho para a implementação de um Plano de Igualdade, no sentido de não ser apenas uma igualdade de género, mas um plano de igualdade em geral, e que é sua convicção que a Sra. Deputada Vera Pires não deixará de ser convidada a participar. Quanto às galerias da Calheta, uma vez que foram feitas



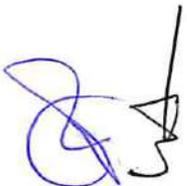
perguntas muito concretas, sugeriu a formulação de um requerimento escrito. Informou, no entanto, que fora publicada no dia anterior a resolução do Conselho do Governo quanto à suspensão do PDM, na sequência do Pedido de Informação Prévia feito pelo requerente, no caso a Asta Atlântida, SA. Como o entendimento era que havia condições para deferir o requerimento se, no que diz respeito a um dos elementos, fosse feita a suspensão do PDM, isso já aconteceu, confirmou. Disse também que a Câmara Municipal não tem ainda o projeto em concreto e assegurou que quando o mesmo der entrada serão atendidas as preocupações manifestadas e prestadas todas as informações.

Seguidamente pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Candelária, João Pereira. Em primeiro lugar, expressou a sua congratulação pela nova abordagem realizada pelo executivo camarário junto das freguesias, destacando a atuação e disponibilidade do Sr. Vice-presidente, pelo menos no que diz respeito à freguesia da Candelária, bem como pela descentralização cultural, considerando positivo que a cultura vá às freguesias mais distantes do concelho. Manifestou ainda a sua expectativa de que no próximo dia 6 de março, na reunião entre o executivo camarário e os técnicos, se comece a preparar o arranque efetivo da obra do Ramal da Igreja – uma aspiração da freguesia, bem como algumas outras, nomeadamente na rede viária, que considera serem os problemas mais prementes.

Em seguida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fenais da Luz, Victor Almeida, quis dar o testemunho, que teve a oportunidade de confirmar *in loco*, dos benefícios para as populações que resultam do programa PDL – Proximidade. Sublinhou tratar-se de uma medida muito interessante e eficaz, que está a ir ao encontro das populações, sobretudo as pessoas mais carenciadas, procurando dar resposta a situações como, por exemplo, insuficiência económica para o pagamento das faturas de eletricidade e de água, problemas de alimentação ou problemas de habitação. Aproveitou para sugerir a adoção desta medida por parte de alguns departamentos do Governo Regional, nomeadamente na área da Habitação.

O Sr. Deputado Nuno Miranda, num comentário à parte final das explicações que o Sr. Presidente da Câmara lhe prestou, disse não entender as suas críticas como depreciações pessoais, mas apenas como questões objetivas sobre o que é feito pelo Sr. Presidente. Reiterou a sua perceção de que, dos pontos que elencou, a ação efetiva da autarquia sobre a questão do turismo tem sido muito reduzida e que as boas respostas que foram dadas nessa matéria não foram debatidas como deviam ser, como por exemplo as recomendações que vêm da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, sobre as quais não se conhecem ainda respostas. Excetua-se, salientou, a possível realização em Ponta Delgada, em 2019, de uma Gala do Turismo, a qual seria, do seu ponto de vista, uma questão essencial para a dinamização e captação de investimento externo.

Retomando a palavra, o Sr. Presidente da Câmara disse que as intervenções precedentes não justificavam reação em polémica, mas, pelo contrário, aceitação e agradecimento, como o reconhecimento manifestado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Candelária relativamente ao esforço desenvolvido pela Câmara Municipal, o qual incluiu um cumprimento dirigido ao Sr. Vice-presidente, que a seu pedido também registou e agradeceu. Quanto à expectativa de que a obra do Ramal da Igreja arranque efetivamente, disse que a mesma será correspondida, uma vez que a previsão da sua execução já vem de algum tempo, mas pediu compreensão, porque será necessário em abril, aquando da revisão do orçamento, tal como ficou acordado, injetar a verba necessária para depois arrancar os procedimentos da contratação pública necessária para o efeito. Quanto às palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Fenais da Luz, expressou igualmente o seu apreço e gratidão pela referência elogiosa, e citando a afirmação de que "a face dourada da democracia portuguesa é o poder local, e em particular as juntas de freguesia", destacou a importância da proximidade, cuja proatividade é ainda maior se realizada numa parceria freguesia-município. Quanto ao comentário do Sr. Deputado Nuno



Miranda, disse que percebeu que a sua intenção era apenas fazer um exercício de réplica, e que achava, portanto, não se justificar acrescentar mais nada.

Pedi ainda a palavra o Sr. Deputado André Viveiros para comentar as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara sobre os benefícios sociais dos bombeiros, relevando que denotam já haver conciliação, restando-lhe apenas agora liderar todo o processo. Lançou igualmente o desafio para que se crie um pequeno grupo de trabalho para refletir sobre a proposta que tinha sido apresentada pelo PS, com novos contributos, no sentido da possível criação de um regulamento que salvaguarde a preocupação pelo direito e ao mesmo tempo reconheça a justeza da proposta.

Na última intervenção por parte dos deputados municipais, o Sr. Deputado José San-Bento pediu esclarecimentos sobre uma proposta feita pelos vereadores do PS em abril de 2014 no sentido de ser alargado o passeio pedonal entre o Clube Naval e a ETAR da Pranchinha, na Avenida João Bosco Mota Amaral. Chamou a atenção para o facto do Sr. Presidente, na altura, ter acolhido a proposta, mas infelizmente, decorridos praticamente quatro anos, a obra ainda não estar concluída, o que lamenta, embora registre que a Câmara ao fim de muito tempo tenha acabado por avançar com a intervenção. A terminar, perguntou qual vai ser a solução de ordenamento da circulação rodoviária naquela zona, ao mesmo tempo que deixou o alerta para a precariedade e o perigo das soluções que vigoraram durante cerca de três semanas, e que considera desadequadas.

A encerrar o debate do primeiro ponto da ordem e Trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara, dirigindo-se ao Sr. Deputado André Viveiros, reconheceu a tónica de conciliação a que fez referência e realçou que tem sido essa a postura da Câmara Municipal, através, por exemplo, da criação de grupos de trabalho. Sobre a referência específica à questão dos benefícios sociais dos bombeiros, informou que teve oportunidade de desenvolver conversações com o Serviço Regional de Proteção

Civil, aquando de uma ronda que este organismo fez pelos municípios. Acrescentou, a este propósito, quer ele próprio avançou com propostas sobre esse estatuto social, devidamente enquadradas na necessidade da definição de alguns aspetos, devido à especificidade da Associação Humanitária dos Bombeiros de Ponta Delgada por ser um corpo de bombeiros intermunicipal e por haver um regime remuneratório. Adiantou, além disso, que o Serviço Regional de Proteção Civil considera oportuno que a própria Região, em sede parlamentar, faça a revisão do estatuto, a partir de uma iniciativa do Governo Regional a submeter posteriormente à ALRAA.

Respondendo ao Sr. Deputado José San-Bento, disse que acompanhava a preocupação, registou o alerta e disse que iria reunir junto dos serviços a informação requerida.

PONTO 2 – DECLARAÇÕES EMITIDAS AO ABRIGO DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, QUE APROVOU AS REGRAS APLICÁVEIS À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS E AOS PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Em cumprimento da deliberação camarária de 24 de janeiro de 2018, foi presente o Ofício 3209/2018, da Câmara Municipal, de 21 de fevereiro, submetendo à Assembleia Municipal, para conhecimento, para efeitos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a informação dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2017, bem como a declaração individualizada de todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017.

A Assembleia tomou conhecimento.



PONTO 3 – SMAS – DECLARAÇÕES EMITIDAS NO ÂMBITO DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO

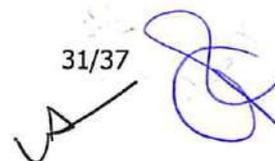
Em cumprimento da deliberação camarária de 24 de janeiro de 2018, foi presente o Ofício 3210/2018, da Câmara Municipal, de 21 de fevereiro, submetendo à Assembleia Municipal, para conhecimento, para efeitos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a informação dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2017, bem como a declaração individualizada de todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017, prestada através do ofício n.º 190, de 12/01/2018, dos SMAS.

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

Em cumprimento da deliberação camarária de 8 de fevereiro de 2018, foi presente o Ofício 3211/2018, da Câmara Municipal, de 21 de fevereiro, submetendo à Assembleia Municipal, para conhecimento, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a informação dos compromissos plurianuais assumidos no período de 7 de dezembro de 2017 a 1 de fevereiro de 2018.

A Assembleia tomou conhecimento.



PONTO 5 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Foi presente à Assembleia Municipal, em conformidade com o estipulado na alínea i) do artigo 41º da Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, o pedido de designação de um representante deste Órgão Deliberativo na Comissão Municipal de Proteção Civil.

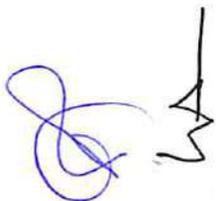
Tendo sido apresentada uma única proposta com o nome de João Alberto Silva Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Candelária, a mesma foi colocada à votação, por escrutínio secreto.

Apurado o resultado da votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com 31 votos a favor, 17 abstenções e 2 votos em branco, designar o Presidente da Junta de Freguesia da Candelária, João Alberto Silva Pereira, como representante da Assembleia Municipal de Ponta Delgada na Comissão Municipal de Proteção Civil.

PONTO 6 – NOMEAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PONTA DELGADA

Foi presente o pedido da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada, no sentido da nomeação de dois eleitores a integrar esta comissão, ao abrigo da alínea l) do n.º 1 do art.º 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela lei n.º 31/2003, de 22 de agosto e pela lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, em virtude de terem cessado funções, por motivos pessoais, dois dos quatro elementos anteriormente nomeados.

Foi colocada a votação, por escrutínio secreto, uma lista composta por Maria da Conceição Viveiros Arruda (deputada na Assembleia Municipal de Ponta Delgada) e Luís Pereira (enfermeiro).



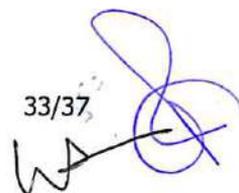
Apurado o resultado da votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com 34 votos a favor, 11 abstenções, quatro votos em branco e um voto contra, nomear Maria da Conceição Viveiros Arruda e Luís Pereira para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada.

PONTO 7 – PROPOSTA DE REAVALIAÇÃO/REDIMENSIONAMENTO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE INCINERAÇÃO DE SÃO MIGUEL

Foi presente um documento pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, ao abrigo do n.º 2 do art.º 38.º e em conformidade com o n.º 2 do art.º 23.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado na sessão ordinária de 30 de junho de 2014, visando a deliberação da Assembleia Municipal para que o Município de Ponta Delgada proponha, no seio da AMISM, a reavaliação do projeto da Central de Valorização Energética por incineração, no sentido do seu redimensionamento.

Pedi para se pronunciar sobre esta recomendação o Sr. Deputado André Viveiros, para relevar o facto de, neste momento, o processo estar parado, uma vez que passou da esfera da política para a esfera da justiça, pelo que o que importa agora, na sua perspetiva, é aguardar calma e serenamente pela decisão do tribunal.

Também o Sr. Deputado Ricardo Costa pediu para se pronunciar para deixar nota de que a posição do PSD quanto a esta proposta em concreto é no sentido de considerar que este não é sequer o momento oportuno para se apreciar a sua substância. Como foi referido pelo Sr. Deputado André Viveiros, disse, há um processo que está em curso e neste momento não está nas mãos do poder político, cabendo-lhe apenas esperar com serenidade a decisão do poder judiciário. Depois de estar resolvido nessa instância, voltará ao poder político, e será nas circunstâncias em que ele for reenviado ao poder político que a questão terá que ser reequacionada.



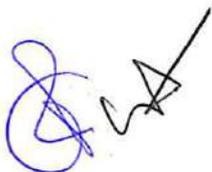
Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com os votos contra do PSD e do PS, a abstenção do Movimento Santa Clara Vida Nova e o voto a favor do Bloco de Esquerda, reprovar a proposta de reavaliação/redimensionamento do projeto de construção da central de incineração de São Miguel.

A Sra. Deputada Vera Pires pediu para apresentar a declaração de voto do Bloco de Esquerda, para salientar que o Bloco de Esquerda lamenta que não se aproveite o tempo para repensar o assunto, tal como estava explicado na proposta, tendo em conta a nova realidade e tendo em conta a redução prevista do volume de resíduos destinados à incineração. Esse repensar do processo, defendeu, poderia e deveria ser feito e não seria obstáculo ao tratamento judicial da questão. O Bloco de Esquerda considera portanto uma perda de oportunidade de adequar o processo a um novo contexto que tem sido anunciado pela AMISM, pela MUSAMI e pela própria Câmara de Ponta Delgada. Justificar a tomada de posição, quer por parte do PS, quer por parte do PSD, pelo facto do processo estar em tribunal é uma tomada de posição que o Bloco de Esquerda lamenta profundamente.

ARTIGO 46.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA - PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO

Findo o período de debate e votação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, a Sra. Presidente da Mesa em exercício deu a palavra à munícipe Raquel Viveiros, que se havia inscrito para fazer uso do direito de intervenção, ao abrigo do artigo 46.º do Regimento da Assembleia Municipal, que determina a possibilidade de participação do público.

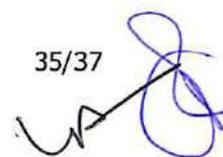
A munícipe Raquel Viveiros fez uma breve descrição da situação que a motivou a fazer uso do direito de participação na Assembleia Municipal, a qual diz respeito a um talude, na freguesia de Santo António, e que, alegou, segundo um relatório do



LREC datado 2012 necessita de intervenção imediata por parte da Câmara Municipal. Explicou que a sua casa fica localizada acima do talude e que enquanto a autarquia não fizer a sua contenção resulta desse impasse que ela e um coproprietário continuem a ter que pagar a casa sem se poder lá morar ou sequer fazer a sua venda. Disse que desde 2012 têm tentado falar com a Câmara, evitando litígios, mas lamenta a inação da Câmara, quando existe um relatório do LREC a alertar para o perigo e para a necessidade de contenção do talude, lembrando também a catástrofe que já aconteceu no local. Pediu, assim, à Assembleia Municipal, para questionar a autarquia, nomeadamente sobre os resultados de um estudo que a Câmara fez aos solos no seu terreno, relativamente aos quais não sabe ainda nada. Terminou com a pergunta sobre se há condições para a sua obra continuar e se a Câmara vai ou não fazer a intervenção no talude.

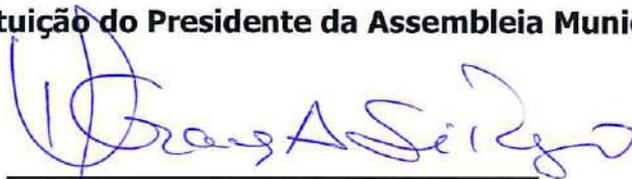
A Sra. Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos pedidos.

O Sr. Presidente da Câmara reconheceu a pertinência da questão trazida à Assembleia, embora identifique imprecisões na forma como foi colocada. Esclareceu que esta situação decorreu de um processo contencioso, e que ultimamente os serviços têm mantido contato com a junta de freguesia e o seu Presidente. Assegurou que tomará registo da questão colocada, e que a mesma será cabalmente respondida, sendo que a decisão da Câmara será baseada nas opções a tomar em função da análise de dois planos: 1) construir o talude, com base em estudos já realizados com as respetivas estimativas de custos; 2) proceder à aquisição do respetivo terreno – uma opção não contemplada numa primeira abordagem. A terminar, disse que neste momento não tem mais nenhum esclarecimento a prestar, mas garantiu que a questão ficaria registada e seria remetida aos serviços para a devida resposta, e que ele próprio está empenhado numa solução definitiva para a situação.



Não havendo mais pontos agendados ou pedidos de intervenção, a Sra. Presidente da Mesa agradeceu a presença e a colaboração de todos e declarou encerrada a presente sessão da Assembleia Municipal, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que foi assinada por si e por quem a redigiu, nos termos da Lei.

**A Presidente da Mesa da Assembleia
(em substituição do Presidente da Assembleia Municipal)**



Maria da Graça Aguiar da Silva Rego

O Relator

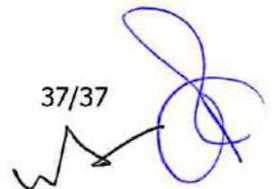


Luís Manuel Pereira Ascenso



ANEXOS

- Votos de congratulação e de saudação e recomendações (por ordem de inscrição e votação).



28.2.18



VOTO DE SAUDAÇÃO 8 de Março – Dia Internacional da Mulher

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da ONU intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objectivos. Lembrando o próximo 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, enumeramos alguns dos pontos do “Objectivo 5 – Igualdade de Género” dessa resolução:

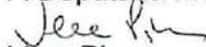
- Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte
- Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de protecção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família
- Garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública
- Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos
- Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
- Adoptar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

“O tempo é agora” foi o lema escolhido pela ONU Mulheres para o 8 de Março de 2018. E é mesmo **agora** que temos, todas e todos, a obrigação de não dar tréguas na luta pela igualdade e contra as discriminações. É **agora** que temos a obrigação de “transformar o nosso mundo”!

Neste Dia Internacional da Mulher, o BE Açores propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada um Voto de Saudação a todas as mulheres e, em particular, às mulheres açorianas que têm dado o seu contributo na luta pela erradicação das desigualdades.

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2018

A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda/Açores


Vera Pires



UNAMID

Voto de Congratulação

O Grupo Municipal do PSD apresenta um voto de congratulação à Junta de Freguesia de São Pedro pela abertura de um posto de correio na sede da própria junta em compensação e como alternativa ao encerramento da Loja dos CTT da Calheta, na mesma freguesia.

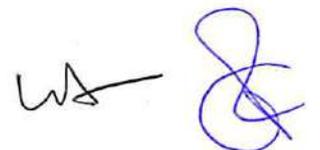
A Administração dos CTT decidiu fechar lojas por todo o país, nomeadamente o balcão da Calheta, na Freguesia de São Pedro, em Ponta Delgada.

Este encerramento gerou um sentimento de revolta juntos dos cidadãos da freguesia de São Pedro, já agastados com o caso das galerias da Calheta e com a perda de serviços nesta zona da cidade de Ponta Delgada.

Desde a primeira hora o executivo da Junta de Freguesia de São Pedro acompanhou este assunto, reunindo-se com diversas entidades político-administrativas na tentativa de encontrar uma solução que não lesasse, de forma tão direta, os cidadãos que usufruíam até então deste serviço público, há muitas décadas. Fosse a receber ou a enviar correspondência ou mesmo a receber a sua pensão ou reforma, entre tantos outros serviços, a verdade é que milhares de pessoas desta freguesia e de outras limítrofes deslocavam-se a esta loja para satisfazer um bem essencial dos tempos modernos e de grande importância social.

A Junta de Freguesia reuniu-se com diferentes entidades de modo a evitar o encerramento desta loja, nomeadamente Carlos César (Deputado à Assembleia da República pelo Partido Socialista), Berta Cabral e António Ventura (Deputados à Assembleia da República pelo Partido Social Democrata): José Manuel Bolieiro (Presidente da CMPD).

Todos, sem exceção, mostraram-se solidários e mostraram-se disponíveis para encontrar a melhor solução para a resolução, estando também estes senhores e senhora deputada ao lado da população de São Pedro e da sua Junta de Freguesia,



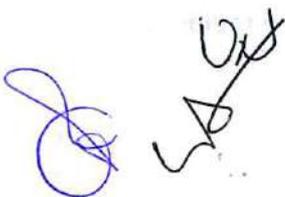
que liderou o processo, chegando a haver uma manifestação pública onde marcaram presença forças partidárias que demonstraram a sua solidariedade com as gentes desta freguesia.

No entanto, a Administração dos CTT demonstrou, desde a primeira hora, uma manifesta falta de consciência e de responsabilidade social pelo serviço público até então levado a cabo na Calheta e levou a sua avante e insistiu e insiste, em encerrar o espaço em causa, chegando mesmo, perante os deputados da nação, a referir que poderia vir a encerrar mais postos do que aqueles que estavam previstos.

Perante este cenário a Junta de Freguesia de São Pedro sabendo da possibilidade de a breve trecho a população da Freguesia ficar sem a loja em questão, achou por bem que este serviço público essencial passasse a ser prestado na sede da mesma, em parceria com os CTT, permitindo assim, que os milhares de cidadãos da Freguesia de São Pedro tivessem uma alternativa próxima da loja a encerrar.

De salientar que a sede da Junta de Freguesia está abrangida pela rede de *Minibus*, dista menos de 300 metros da atual loja, possui acesso para pessoas com pouca mobilidade, entre outras características essenciais para o livre acesso de todos os cidadãos ao espaço, ficando garantido, sem grandes acréscimos económico-financeiros para a Junta de Freguesia de São Pedro, a continuação deste essencial serviço público à população.

Assim, o Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia considera que a ação da Junta de Freguesia que, numa primeira fase foi de combate pela manutenção da loja na Calheta, mas, perante, a inevitabilidade do encerramento da mesma, e perante a desresponsabilização social que os CTT têm demonstrado neste assunto, arranjou, para os milhares de cidadãos desta freguesia e deste município, uma alternativa eficaz e que minimiza os transtornos e incómodos causados pelo fecho da loja da Calheta, é louvável e merecedora de congratulação nesta Sessão da Assembleia.





PSD ~~AB~~ FVR
BE - FAVOR
PS - AB

 28.2.18

Recomendação ao Governo Regional dos Açores Estatuto Bombeiro Voluntário da RAA

É inegável o papel primordial que os nossos Bombeiros, homens e mulheres que, imbuídos do espírito de missão de que se reveste as suas funções de proteção de pessoas e bens, prontos para cumprir o lema "Vida por Vida", exercendo por isso, na sociedade onde estamos inseridos, um papel vital e comumente aceite por todos os cidadãos, de uma forma geral.

Importa por isso reconhecer, enaltecer e até distinguir com o reconhecimento quer da sociedade, quer dos organismos e instituições políticas que regem a nossa vida comunitária, estes homens e mulheres, através da implementação do Estatuto do Bombeiro Voluntário e do Bombeiro Voluntário com vínculo profissional.

É possível, através da implementação de benefícios sociais e comunitários, reconhecer e dignificar esta forma de vida, esta abnegação que muitas vezes não é devidamente recompensada em termos financeiros, sendo por isso de vital importância a sua incrementação, através do reconhecimento e homologação do seu estatuto, da sua carreira profissional, reconhecendo e atribuindo um conjunto de benefícios sociais, económicos e financeiros que permitam não só reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido, mas também incentivar outros a enveredar por esta carreira, tão necessária para a proteção de pessoas e bens, para a eficaz organização da sociedade.



Assim, entende o Grupo Municipal do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, recomendar ao Governo Regional dos Açores, a criação de um grupo de trabalho que elabore, em prazo curto, uma proposta de revisão e aperfeiçoamento do Estatuto do Bombeiro na Região Autónoma dos Açores, considerando a especificidade e características de carreira diferentes das dos colegas do resto do país, da qual deveriam fazer parte membros designados pela Associação de Municípios dos Açores.

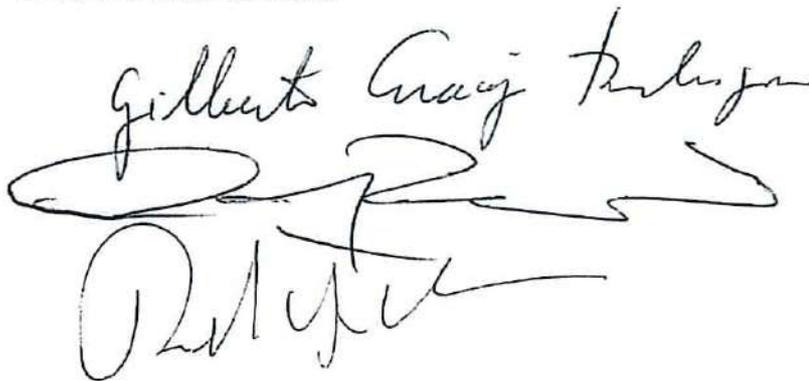
Esse trabalho deverá considerar a concessão de um conjunto de benefícios na área social, económica e financeira, aos bombeiros e familiares diretos.

Abranger-se-iam, assim, como é justo, todas as Associações de Bombeiros da RAA, e evitar-se-ia a existência, que não seria compreendida nem pela sociedade nem, em particular, pelos bombeiros de diferentes critérios e formas de reconhecimento do seu grande e imprescindível contributo para a salvaguarda da vida dos seus concidadãos e integridade dos seus haveres.

O Grupo Municipal do PSD

Assembleia Municipal de Ponta delgada

28 de fevereiro de 2018

Gilberto Araújo Rodrigues




BE - Favorecial
PS - C
PSD - C


28.2.18



RECOMENDAÇÃO

Alargamento da equipa de licenciamento do projecto de reestruturação da zona comercial de Pêro de Teive

- Considerando o já longuíssimo historial do processo das chamadas "Galerias da Calheta", bem como a insatisfação pela situação actual e a inquietação quanto às soluções futuras por parte de muitos munícipes, materializada na criação do movimento informal "Queremos a Calheta de Volta" bem como em variadas intervenções cidadãs
- Considerando que a documentação relativa ao "pedido de informação prévia" do projecto de reestruturação da zona comercial de Pêro de Teive
 - não mostra claramente o enquadramento da construção projectada na área envolvente
 - revela a demolição de apenas 3 dos "blocos" existentes
 - confirma o aumento da volumetria, face ao existente, na zona do futuro empreendimento turístico junto ao Hotel Azor
 - considera uma "área ampla" de comércio e serviços, que poderão competir com o comércio tradicional da cidade e particularmente daquela zona urbana, já debilitada

O Bloco de Esquerda Açores propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada, reunida a 28 de Fevereiro de 2018, que proceda à seguinte **Recomendação** à CMPD:

- **Alargamento da equipa constituída para o licenciamento do projecto, de modo a coligir e trabalhar os pareceres da CCIPD (Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada), Movimento Cívico "Queremos a Calheta de Volta", Ordem dos Arquitectos e outros técnicos da área.**

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2018

A Deputada Municipal do BE Açores


Vera Pires



Alta p/ JMM 4. D. J. 28.2.18



RECOMENDAÇÃO Resíduos provenientes de navios de cruzeiro

- Considerando o aumento verificado nos últimos anos, no Porto de Ponta Delgada, do trânsito de navios de cruzeiro, que acarreta um aumento da quantidade dos resíduos deles descarregados para recolha e tratamento na ilha
- Considerando que, de acordo com a informação prestada pelos serviços camarários em Janeiro passado, quer a Autarquia quer a AMISM desconhecem o peso total de resíduos, discriminados pelos respectivos códigos LER (Lista Europeia de Resíduos), provenientes de navios de cruzeiro, descarregados no porto de Ponta Delgada durante os anos de 2016 e 2017, "por se tratar de matéria da responsabilidade da Portos dos Açores, SGPS SA"
- Considerando que o município de Ponta Delgada assinou em Janeiro deste ano o *Compromisso das cidades-piloto do projecto "Urban Waste"* da UE, assim demonstrando uma crescente e necessária preocupação com a produção, recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos
- Considerando que esse projecto contempla, entre outras, a vertente dos resíduos provenientes dos navios de cruzeiro, e que o seu objectivo visa "avaliar e definir estratégias urbanas de redução de resíduos em cidades com pressões turísticas elevadas" (notícia no Portal CMPD) e recomenda "a elaboração de um relatório extensivo dos tipos e fontes de resíduos como primeiro passo para a definição de medidas de prevenção de resíduos" (urban-waste.eu)

A representação do Bloco de Esquerda Açores propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada, reunida a 28 de Fevereiro de 2018, a seguinte **Recomendação:**

- **A CMPD deverá passar a solicitar à empresa Portos dos Açores SGPS SA, com uma periodicidade razoável, a informação do peso total de resíduos, discriminados pelos respectivos códigos LER, provenientes de navios de cruzeiro, descarregados no porto de Ponta Delgada.**
- **A CMPD deverá, no conjunto de acções a desenvolver no âmbito do projecto "Urban Waste" incluir medidas relativas aos resíduos provenientes de navios de cruzeiro.**

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2018

A Deputada Municipal do BE Açores


Vera Pires





Partido Socialista
AÇORES

RECOMENDAÇÃO

**BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA DOS BOMBEIROS DE
PONTA DELGADA**

O grupo municipal do PS apresenta como recomendação a aplicação do conjunto de benefícios aos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, constantes na proposta em anexo, conforme enquadramento legal previsto naquelas que são as competências deste órgão deliberativo.

Ponta Delgada, 28 de fevereiro de 2018

Os deputados municipais,

[Handwritten signatures]

~~28.2.18~~
Alameda P/leaz

BE - FVR
PSD - ABSF
PS - FVR

[Handwritten mark]



Partido Socialista
AÇORES

PROPOSTA

BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA DOS BOMBEIROS DE PONTA DELGADA

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários desempenham um papel fundamental na vida comunitária, prestando serviços de inestimável valor.

No âmbito da Proteção Civil estas assumem-se como um dos principais elementos.

A grande riqueza destas associações está nos homens e mulheres que as incorporam de forma voluntária e que são os principais responsáveis por assegurar a resposta às mais diversas solicitações que lhes chegam.

É inegável o importante papel da Associação de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, assim como a grande dedicação de todos os homens e mulheres que a incorporam de forma voluntária e que com coragem colocam ao serviço de todos os cidadãos dos Concelhos de Ponta Delgada e Lagoa, parte do seu tempo na prestação de inúmeras tarefas de onde se destaca a salvaguarda da vida humana respondendo com a emergência pré-hospitalar, proteção e socorro de pessoas em perigo e salvaguarda de bens, combate a incêndios, colaboração no socorro a náufragos e buscas, sensibilização em matéria de autoproteção, ações de mitigação para redução de ocorrência de situações de risco, etc.

Note-se ainda os serviços prestados a nível social e o apoio a diversos eventos culturais que se realizam no Concelho;

De acordo com as alíneas h) e j) do nº 2 do artigo 23º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ação social e a proteção civil são atribuições do Município, assim, a presente proposta tem como objetivo implementar um conjunto de benefícios sociais e incentivos a esses homens e mulheres que se encontram sempre disponíveis a socorrer



Partido Socialista AÇORES

os seus concidadãos e que são igualmente elementos fundamentais da estrutura de Proteção Civil, sendo também um reconhecimento por todo o seu empenho, dedicação e coragem que colocam diariamente ao serviço da comunidade.

Nesse sentido os Vereadores do PS propõem que a Câmara delibere aprovar os seguintes benefícios sociais aos Bombeiros no ativo do Corpo de Bombeiros de Ponta Delgada:

- Prioridade na atribuição de habitação social, ou pagamento de renda social, promovida pela Câmara Municipal quando em igualdade de condições sociais e de circunstâncias com outros candidatos;
- Isenção de pagamento da taxa de licenças de construção, ampliação ou modificação de casa de habitação própria permanente;
- Aplicação mensal da tarifa social de consumo de água e resíduos para habitação própria e permanente;
- Utilização gratuita da Rede de Minibus de Ponta delgada;
- Atribuição de 5 bolsas de estudo, no valor de 100,00€/mensais a bombeiros ou filhos de bombeiros no ativo, filhos de bombeiros falecidos em serviço e bombeiros ou filhos de bombeiros com doença adquirida no desempenho de funções, assentes em critérios expressos no Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo;
- Concessão, pela Câmara Municipal, das distinções honoríficas de coragem e abnegação, de serviços distintos e de dedicação pública, sob proposta do comandante e da direção da Associação, assentes em critérios expressos no Regulamento de Atribuição de Insígnias e Medalhas Municipais;
- Apoio inicial para encaminhamento jurídico em processos motivados por fatos ocorridos no exercício das suas funções;
- Acesso gratuito às iniciativas desportivas e culturais do Grupo Municipal;
- Utilização gratuita de equipamentos culturais e desportivos do Grupo Municipal.



Partido Socialista AÇORES

Os benefícios sociais propostos serão aplicadas aos bombeiros da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, (seus familiares diretos – cônjuge/companheiro (a) e filhos) que preencham cumulativamente os seguintes requisitos: constar dos quadros homologados pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, ter mais de um ano de atividade no quadro, estar em atividade no quadro, ou em inatividade quer em consequência de acidente ocorrido no exercício das suas funções ou de doença contraída ou agravada em serviço, quer ainda por ausência devidamente comprovada e atestada pelo Comandante;

A aprovação do conjunto de medidas agora propostas deverá promover as alterações necessárias nos Regulamentos Municipais e normas internas que se enquadram.

Ponta Delgada, 1 de fevereiro de 2018.

Os vereadores do PS na Câmara Municipal de Ponta Delgada

Vítor Fraga

Fátima Albergaria Costa

Bruno Pacheco

Mário Miranda